

Diário Eletrônico do TCE/AM,  
Edição Nº \_\_\_\_\_  
De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS - DIRAC  
Proc. Nº \_\_\_\_\_  
Fls. Nº \_\_\_\_\_

Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 794/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE nº 10212/2013.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Urucará – SAAE.
- 4- **Exercício:** 2012.
- 5- **Responsável:** Sr. João Ronald da Silva Paes, Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Urucará.
- 6- **Unidade Técnica:** DICOP - Informação nº 301/2015 (fls. 289/290).
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1649/2015-MP-ELCM, da Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas (fls. 291/292)
- 8- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas. Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Urucará – SAAE. Exercício 2012.

*Contas Irregulares. Multas. Alcance. Prazo. Cobrança Executiva. Determinação à origem. Ciência ao responsável. Notificação à Prefeitura Municipal de Urucará. Informação ao MPE.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**9.1- À UNANIMIDADE:**

**9.1.1 - Julgar irregular** a Prestação de Contas do Sr. **João Ronald da Silva Paes**, responsável pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Urucará (exercício de 2012);

**9.1.2- Multar** o Sr. **João Ronald da Silva Paes** em:

- **R\$ 15.000,00** (quinze mil reais) com fulcro no art. 308, VI, da Resolução n.º 04/02 – TCE/AM em razão das impropriedades a seguir elencadas: membro da comissão de licitação foi licitante do convite n.º 003/2012 e ainda elaborou parecer sobre a citada licitação, o Secretário de Assuntos Jurídicos participou do convite n.º 003/2012 em desobediência ao art. 9º, III, da Lei n.º 8.666/93, houve infração ao princípio da segregação de funções,

Diário Eletrônico do TCE/AM,

Edição Nº \_\_\_\_\_

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTASTRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS - DIRAC

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

## ACÓRDÃO Nº 794/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO

descumprimento da Norma Brasileira de Contabilidade T 16.6 ao fazer uso de expressão genérica e não designação de servidor responsável pela guarda e administração dos bens do SAAE de Urucará;

- **R\$ 10.000,00** (dez mil reais) em razão dos danos ao erário municipal causados pelo jurisdicionado com fulcro no art. 308, V, da Resolução n.º 04/02 – TCE/AM;

**9.1.3- Considerar, em alcance, o Sr. João Ronald da Silva Paes, o qual deverá restituir os valores a seguir descritos ao erário municipal conforme regra prevista no art. 306, III, do RI-TCE/AM:**

- Em **R\$ 1.050,00** (mil e cinquenta reais), com fulcro no art. 304, III, do RI-TCE/AM, devido ao recebimento de diárias em desacordo com a Lei Municipal n.º 02/2009;
- Em **R\$ 5.881,00** (cinco mil, oitocentos e oitenta e um reais) com fulcro no art. 304, I, do RI-TCE/AM, devido à não comprovação da entrada e saída de materiais do almoxarifado e deficiente controle de materiais permanente;
- Em **R\$ 11.343,02** (onze mil, trezentos e quarenta e três reais e dois centavos) com fulcro no art. 304, I, do RI-TCE/AM em virtude da não comprovação de regular desenvolvimento das despesas consignadas no Razão Contábil;
- Em **R\$ 9.825,79** (nove mil, oitocentos e vinte e cinco reais e setenta e nove centavos) com fulcro no art. 304, III, da Resolução n.º 04/020 – TCE/AM, em razão do pagamento de juros provenientes de débitos não honrados em tempo adequado junto à concessionária de energia elétrica;

**9.1.4- Fixar prazo de 30 dias** ao gestor responsável para que recolha, em favor dos cofres estaduais, os montantes inerentes às multas aplicadas e, em benefício do erário municipal, os débitos identificados em inspeção *in loco* e não sanados;

**9.1.5- Autorizar, desde já, a instauração de cobrança executiva** no caso de não recolhimento dos valores da condenação conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n.º 2.423/96 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, da Resolução n.º 04/02 – TCE/AM;

**9.1.6- Determinar à origem** que observe, com maior rigor, as determinações da Lei n.º 8.666/93, da Lei n.º 4.320/64 e da Resolução n.º 10/12 – TCE/AM;

Diário Eletrônico do TCE/AM,  
Edição Nº \_\_\_\_\_  
De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS - DIRAC  
Proc. Nº \_\_\_\_\_  
Fls. Nº \_\_\_\_\_

Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 794/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO

**9.1.7- Cientificar o responsável** por estas Contas a respeito do desfecho concedido a estes autos;

**9.1.8- Notificar a Prefeitura Municipal de Uruará** para que proceda à efetiva realização de controle interno em seus próprios órgãos e nas entidades integrantes da Administração Indireta

**9.1.9- Informar ao Ministério Público Estadual** acerca das irregularidades verificadas no âmbito do convite n.º 003/2012 encaminhando-lhe cópia da manifestação conclusiva da DICAMI (Relatório Conclusivo n.º 65/2013).

**9.2. – POR MAIORIA, multar o Sr. João Ronald da Silva Paes no valor de R\$ 2.192,06** (dois mil, cento e noventa e dois reais e seis centavos) com fulcro no art. 308, II, da Resolução n.º 04/02 – TCE/AM em razão da remessa intempestiva de dados (junho e agosto) por meio do sistema ACP.

**Vencido o Destaque do Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro, no sentido da inaplicabilidade de multa pelo atraso do ACP.**

**11- Ata:** 36ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno

**12 - Data da Sessão:** 23 de setembro de 2015.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

**13.1- Auditor presente e Relator:** Mário José de Moraes Costa Filho.

**14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

**JOSUÉ CLAUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro-Presidente

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**  
Auditor-Relator

**ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA**  
Procurador-Geral